



### Sumário

#### Municípios

Braço do Trombudo .....	01
Campo Alegre .....	01
Chapadão do Lageado .....	01
Erval Velho .....	02
Gaspar .....	02
Herval d' Oeste .....	03
Irineópolis .....	05
Massaranduba .....	24
São Pedro de Alcântara .....	24
Videira .....	28

#### Associações de municípios

FECAM .....	29
-------------	----

## Braço do Trombudo

### Prefeitura Municipal

#### Pregão Presencial 6/2009

EDITAL DE LIC. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL 6/2009

O Município de Braço do Trombudo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que, até as 10:00 horas do dia 27.01.2009, estará selecionando a melhor proposta para Serviço de Transporte Escolar de Alunos da Rede Municipal e Estadual do Ensino Fundamental e Infantil. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo setor de Licitação, da Prefeitura Municipal pelo fone 47 35470179.

Braço do Trombudo, em 13 de janeiro de 2009.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal

## Campo Alegre

### Prefeitura Municipal

#### Resumo Edital de Processo Licitatório

PREGÃO PRESENCIAL N° 14/2009

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futuras prestações de serviços de recapagem/recauchutagem de pneus (incluindo consertos), para a manutenção da frota municipal.

Validade do Registro de preços: 12 meses

Critério de julgamento: Menor preço por lote.

Abertura: 26/01/2009, às 14 horas, no prédio da Prefeitura Municipal, sito à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro – Campo Alegre-SC.

Prazo para entrega dos envelopes (documentação e proposta): até às 13h45min do dia 26/01/2009, no Protocolo da Prefeitura Municipal (conforme endereço acima).

O edital na íntegra está disponível no site do Município: [www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br).

Campo Alegre, 02 de janeiro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

## Chapadão do Lageado

### Prefeitura Municipal

#### Portaria N° 038/2009 de 13.01.2009

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 78, § 3º da Lei Complementar N° 008, de 23/12/99, resolve: CONCEDER E AUTORIZAR GOZAR FÉRIAS

a JUAREZ MEDEIROS funcionário desta Prefeitura, ocupante do cargo Efetivo de Auxiliar Administrativo, na Secretaria Municipal da Fazenda, as férias regulamentares, relativas ao período aquisitivo de 2008/2009, para serem gozadas de 14.01.2009 a 28.01.2009.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 13 de janeiro de 2009.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

#### Portaria N° 039/2009

Considerando a necessidade de professores habilitados em Educação Infantil, para atuar junto à Creche do Município de Chapadão do Lageado,

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com a Lei Municipal N° 0085, de 30.06.99, Lei Complementar N° 006, de 23/12/99, resolve:

ADMITIR EM CARATER TEMPORARIO

LILIANE SCHEIDT JASPER, para ocupar o Cargo de Professora ACT - 20 horas, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes - Divisão de Ensino, para a atuar na Creche Municipal

de Chapadão do Lageado, Nível III - Anexos III, V e VI da Lei Complementar 006, de 23.12.99, pelo período de 12.01.2009 a 10.02.2009.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 13 de Janeiro de 2009.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

#### **Portaria N° 040/2009 de 13.01.2009**

Considerando a necessidade de professores habilitados em Educação Infantil, para atuar junto à Creche do Município de Chapadão do Lageado,

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com a Lei Municipal N° 0085, de 30.06.99, Lei Complementar N° 006, de 23/12/99, resolve:

ADMITIR EM CARATER TEMPORARIO

ISOLETE SEBOLD PEREIRA, para ocupar o Cargo de Professora ACT - 20 horas, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes - Divisão de Ensino, para a atuar na Creche Municipal de Chapadão do Lageado, Nível III - Anexos III, V e VI da Lei Complementar 006, de 23.12.99, pelo período de 12.01.2009 a 10.02.2009.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 13 de Janeiro de 2009.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

#### **Portaria N° 041/2009 de 13.01.2009**

Considerando a necessidade de professores habilitados em Educação Infantil, para atuar junto à Creche do Município de Chapadão do Lageado,

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com a Lei Municipal N° 0085, de 30.06.99, Lei Complementar N° 006, de 23/12/99, resolve:

ADMITIR EM CARATER TEMPORARIO

EVA APARECIDA KEMPNER ABREU, para ocupar o Cargo de Professora ACT - 20 horas, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes - Divisão de Ensino, para atuar na Creche Municipal de Chapadão do Lageado, Nível III - Anexos III, V e VI da Lei Complementar 006, de 23.12.99, pelo período de 12.01.2009 a 10.02.2009.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 13 de Janeiro de 2009.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

#### **Portaria N° 042/2009 de 13.01.2009**

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei

Complementar n° 006 de 23.12.1999 e pelo Inciso VII, do Artigo 50 e Artigo 70, da Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, resolve:

D E S I G N A R

DALVA PASSIG DA SILVA, ocupante do cargo de Professora 40 horas, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, para atuar na área de orientação pedagógica junto a Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, a partir de 14.01.2009

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 13 de Janeiro de 2009.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

## **Erval Velho**

### **Prefeitura Municipal**

#### **Processo Licitatório n° 01/2009**

PODER EXECUTIVO

Edital de Leilão n° 01/2009

Objeto: leilão de bens móveis (retroescavadeiras, caminhões, automóveis, chassi de carreta, equipamentos de informática, escritório, musicais, eletrodomésticos e outros) e imóveis (terrenos rurais). Data e horário: o recebimento dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será até às 09h00min do dia 30/01/2009, sendo que a abertura e julgamento do processo licitatório será no mesmo dia e horário. Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o Edital na integra, das 7h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3542-1222 ou no endereço citado.

LENITA DADALT FONTANA

Prefeita Municipal.

## **Gaspar**

### **Prefeitura Municipal**

#### **Decreto n° 3.110/2009**

DECRETO N°. 3.110 DE 02 DE JANEIRO DE 2009.

NOMEIA PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO, MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA, ins-

crito no CPF nº. 773.999.789-72, portador da C.I. nº. 2.029.519-7, ao cargo em comissão de PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO – Gabinete do Prefeito - Nível SEC, com 40 horas semanais.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 02 de janeiro de 2009.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito do Município de Gaspar

### Auto de Penalidade

PUBLICAÇÃO LEGAL - AUTO DE PENALIDADE

Nome: ROBERTO LUIS ZEN

CPF: 257.751.119-15

Residente e domiciliado na rua Bolívia, 541 – Ponta Aguda - Blumenau

Nº do Auto de Infração : 505 - data do Auto de Infração: 26/08/2008

Nº do Auto de Intimação : 54899

### ATO OU FATO CONSTITUTIVO DA INFRAÇÃO

Manter canil clandestino na Rodovia Jorge Lacerda, nº 2828 - bairro : Poço Grande no município de Gaspar/SC, com 10 Baías, manter em cativeiro 10 cães da raça Pastor Alemão, não possuir licença da edificação, (tão pouco para se estabelecer como criador de cães) em ambiente sem mínima higiene, sendo causa de mau cheiro, oportunizar a proliferação de moscas , ser causa de insalubridade, proporcionar desta forma risco à saúde de terceiros. 2) Proporcionar aos 10 animais , sendo ( 05 machos e 05 fêmeas ) , estando 01 prenha, condições ambientais insalubres, gerar maus - tratos , abandonar, sem alimentação , água, praticar desta forma ato de crueldade, contra estes seres vivos, que estavam sob sua posse e dependência.

### DISPOSIÇÃO LEGAL OU REGULAMENTAR INFRINGIDA

Arts 20 § 1º; 21 inc. I, II; 22 § 1º; 23; 27§ único, itens 1,2,3; Art 28; 29; 30 § 1º ; 31 § 1º; 33 § 1º; 48 inc. XIV, XIX; XXI da Lei Municipal 1463/93 c/c Arts. 12; 24 § 1º § 2º ; 25 § 1º, § 2º; 26 § 1º; 61 inc XXX da Lei Estadual 6320/83 c/c Art. 74§ 1º do Decreto Estadual 24980/85 c/c Art. 23; 24; 25 caput, do Decreto Estadual 24622/84 c/c Art. 32 da Lei Federal 9605/98 c/c Art. 10 incisos XXIV, XXIX da Lei Federal 6.437 de 1977.

### ESPECIFICAÇÃO DETALHADA E FUNDAMENTO LEGAL E REGULAMENTAR DA PENALIDADE IMPOSTA

Fica o infrator penalizado com multa de 401 UFMs, conforme enquadramento legal: Arts. 40 inc. I; 41 inc. III; 43 inc. II, V; 45 inc. II; 46 inc. III; 48 inc. XIV, XIX, XX, XXI, da Lei Municipal 1463/93 c/c Art. 33 parágrafo 1º, 2º da lei Federal 6.437/77.

Na penalidade de multa, o autuado terá prazo de 30 (trinta) dias para pagamento, a contar desta notificação, sob pena de cobrança judicial, nos termos do art. 59, da Lei 6.320/83. Se o pagamento da multa for efetuado no prazo de vinte dias, contados desta notificação, com desistência tácita do recurso, o autuado gozará de redução de vinte por cento no valor da multa, nos termos do art. 65 da 6.320/83. O recolhimento da multa deverá ser feito em agências autorizadas, mediante boleto bancário, retirado no setor de Vigilância Sanitária de Gaspar/SC – Data: 14/01/2009.

## Herval d'Oeste

### Prefeitura Municipal

#### Decreto Nº 2.541/2009.

REGULAMENTA A AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS SERVIDORES EM ESTÁGIO PROBATÓRIO EM CONFORMIDADE COM A LEI COMPLEMENTAR 191/2005 E ALTERAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NELSON GUINDANI, Prefeito de Herval d'Oeste (SC), no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica do Município,

#### D E C R E T A:

Art. 1º. Fica criado o Programa de Avaliação de Desempenho para medir a eficiência e a produtividade dos servidores municipais, regulamentando o artigo 25 da Lei Complementar nº 191/2005 e alterações, sendo para a Administração Pública o Instrumento de Avaliação do Servidor em Estágio Probatório, parte integrante deste Decreto.

Art. 2º. A Coordenação Geral do Programa de Avaliação de Desempenho é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Administração – Setor de Recursos Humanos, que deverá fornecer apoio técnico e informativo, bem como o encaminhamento cabível às questões suscitadas a partir das avaliações.

Art. 3º. Deverá ser nomeada anualmente, em cada Secretaria, uma Comissão de Avaliação de Desempenho, formada por três membros, sendo dois destes estáveis, de nível hierarquicamente não inferior ao servidor avaliado.

Art. 4º. Todos os Servidores em Estágio Probatório serão avaliados com base nos seguintes fatores:

- I – Assiduidade;
- II – Pontualidade,
- III – Disciplina;
- IV – Capacidade de Iniciativa;
- V – Produtividade;
- VI – Responsabilidade;
- VII – Cooperação;
- VIII – Dedicação ao serviço público;
- IX – Organização e Planejamento;
- X – Qualidade.

Art. 5o. O formulário de avaliação será constituído de dez questões relacionadas aos fatores mencionados no artigo anterior, com as respectivas pontuações e conceitos.

Art. 6o. O resultado da avaliação corresponderá da somatória dos pontos obtidos e apurada a média aritmética, evidenciando o desempenho do servidor com os respectivos conceitos:

- a) 0 à 4,0 – Insatisfatório;
- b) 5,0 e 6,0 – Regular;
- c) 7,0 e 8,0 – Bom;
- d) 9,0 – Ótimo;
- e) 10,0 – Excelente.

Art. 7o. A planilha de pontuação relativa aos fatores de avaliação fazem parte do formulário de avaliação e é parte integrante do instrumento anexo a este Decreto.

Art. 8o. A sistemática de avaliação será apresentada ao servidor pela Comissão e, uma vez concluída a avaliação, o servidor dará ciência do resultado datando e assinando o respectivo documento que ficará registrado em seus assentamentos funcionais, permitindo a consulta a qualquer tempo.

Parágrafo único. É assegurado aos servidores o direito de acompanhar todos os atos de instrução do processo que tenha por objeto a avaliação do seu desempenho.

Art. 9o. O servidor poderá questionar o resultado e, não satisfeito, interpor recursos junto a Comissão Avaliadora nos prazos estabelecidos no instrumento de avaliação, parte integrante deste Decreto.

Art. 10. O servidor, durante seu Estágio Probatório, deverá receber três avaliações:

- a) aos 12 meses de efetivo exercício;
- b) aos 24 meses de efetivo exercício;
- c) aos 36 meses de efetivo exercício.

Art. 11. A avaliação, quando concluir pelo desempenho insatisfatório ou regular do servidor, indicará as medidas de correção necessárias, em especial às destinadas a promover capacitação ou treinamento.

§ 1º A capacitação ou treinamento a que se refere o caput deste artigo deverá ser implementada visando proporcionar ao servidor, alvo de medidas de correção, condições para suprir as deficiências constatadas na avaliação e outra.

§ 2º Esta medida realizar-se-á impreterivelmente, no interstício de uma avaliação e outra.

§ 3º Desde que propiciadas ao servidor alvo das medidas corretivas necessárias e mesmo assim, em se constatando o desinteresse e a involução do mesmo, instaura-se o devido Processo Administrativo Disciplinar.

Art. 12. A avaliação de desempenho será homologada pelo Prefeito Municipal.

Art. 13. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 2.529/2008.

Herval d'Oeste (SC), 12 de janeiro de 2009.  
NELSON GUINDANI  
Prefeito

### **Decreto Nº 2.542/2009.**

REGULAMENTA A AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS EM CONFORMIDADE COM A LEI COMPLEMENTAR Nº 191/2005 E ALTERAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NELSON GUINDANI, Prefeito de Herval d'Oeste (SC), no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica do Município,

#### **D E C R E T A:**

Art. 1º. Fica criado o Programa de Avaliação de Desempenho para medir a eficiência e a produtividade dos servidores municipais, regulamentando o artigo 63 da Lei Complementar nº 191/2005 e alterações, sendo para a Administração Pública o Instrumento de Avaliação do Servidor em Estágio Probatório, parte integrante deste Decreto.

Art. 2º. A Coordenação Geral do Programa de Avaliação de De-

sempenho é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Administração – Setor de Recursos Humanos, que deverá fornecer apoio técnico e informativo, bem como o encaminhamento cabível às questões suscitadas a partir das avaliações.

Art. 3º. Deverá ser nomeada anualmente, em cada Secretaria, uma Comissão de Avaliação de Desempenho, formada por três membros, sendo dois destes estáveis, de nível hierarquicamente não inferior ao servidor avaliado.

Art. 4º. Todos os Servidores em Estágio Probatório serão avaliados com base nos seguintes fatores:

I – Qualidade;

II – Iniciativa, presteza e aproveitamento em programas de capacitação;

III – Assiduidade;

IV – Pontualidade;

V – Produtividade;

VI – Uso adequado dos recursos disponíveis e equipamentos utilizados no trabalho.

Art. 5o. O formulário de avaliação será constituído de seis questões relacionadas aos fatores mencionados no artigo anterior, com as respectivas pontuações e conceitos.

Art. 6o. O resultado da avaliação corresponderá da somatória dos pontos obtidos e apurada a média aritmética, evidenciando o desempenho do servidor com os respectivos conceitos:

f) 0 à 4,0 – Insatisfatório;

g) 5,0 e 6,0 – Regular;

h) 7,0 e 8,0 – Bom;

i) 9,0 – Ótimo;

j) 10,0 – Excelente.

Art. 7o. A planilha de pontuação relativa aos fatores de avaliação fazem parte do formulário de avaliação, sendo parte integrante do instrumento anexo a este Decreto.

Art. 8o. A sistemática de avaliação será apresentada ao servidor pela Comissão e, uma vez concluída a avaliação, o servidor dará ciência do resultado datando e assinando o respectivo documento que ficará registrado em seus assentamentos funcionais, permitindo a consulta a qualquer tempo.

Parágrafo único. É assegurado aos servidores o direito de acompanhar todos os atos de instrução do processo que tenha por objeto a avaliação do seu desempenho.

Art. 9o. O servidor poderá questionar o resultado e, não satisfeito, interpor recursos junto a Comissão Avaliadora nos prazos estabelecidos no instrumento de avaliação, parte integrante deste Decreto.

Art. 10. O servidor, durante sua carreira, será avaliado anualmente na data de aniversário de sua nomeação.

Art. 11. A avaliação, quando concluir pelo desempenho insatisfatório ou regular do servidor, indicará as medidas de correção necessárias, em especial às destinadas a promover capacitação ou treinamento.

§ 1º A capacitação ou treinamento a que se refere o caput deste artigo deverá ser implementada visando proporcionar ao servidor, alvo de medidas de correção, condições para suprir as deficiências constatadas na avaliação.

§ 2º Esta medida realizar-se-á impreterivelmente, no interstício de



uma avaliação e outra.

§ 3º Desde que propiciadas ao servidor alvo das medidas corretivas necessárias e mesmo assim, em se constatando o desinteresse e a involução do mesmo, não será concedido o adicional de desempenho no percentual de 2% (dois por cento) sobre o vencimento.

Art. 12. A avaliação de desempenho será homologada pelo Prefeito Municipal.

Art. 13. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 12 de janeiro de 2009.

NELSON GUINDANI

Prefeito

**Irineópolis**

**Prefeitura Municipal**

### Decreto N° 1.851/09

"Autoriza Desmembramento de Solo Urbano e da Outras Provisões".

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei:

**D E C R E T A**

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de um terreno urbano, matriculado no Registro de Imóveis de Porto União, Santa Catarina, sob o n.º 269, com a área de 1.440,00 m² (um mil, quatrocentos e quarenta metros quadrados), localizado na Rua Bahia, quadra nº 42, de propriedade de HELMUTH KNOLL, ficando com as seguintes características: LOTE N.º 269, com área de 720,00 m²: Frente: 12,00 metros com a Rua Bahia; Lado Esquerdo de quem da frente olha o imóvel: 60,00 metros com o lote n.º 270; Lado Direito de quem da frente olha o imóvel: 60,00 metros com o lote n.º 269-A; Fundos: 12,00 metros com o lote n.º 263; LOTE N.º 269-A, com área de 720,00 m²: Frente: 12,00 metros com a Rua Bahia; Lado Esquerdo de quem da frente olha o imóvel: 60,00 metros com o lote n.º 269; Lado Direito de quem da frente olha o imóvel: 60,00 metros, sendo 24,00 metros com o lote n.º 268, 24,00 metros com o lote n.º 267 e 12,00 metros com o lote 266; Fundos: 12,00 metros com o lote n.º 263.

Art. 2º - A aprovação do Desmembramento de que trata o Artigo Primeiro, fundamenta-se no que estabelece a Lei nº 951/99, de 17.11.1999.

Art. 3º - O desmembramento de que trata este Decreto só terá validade legal após averbação do mesmo na respectiva matrícula do imóvel objeto do mesmo. Em caso de não averbação 90 (noventa) dias após sua emissão, este Decreto perderá automaticamente a validade, não devendo mais ser aceito pelo Registro de Imóveis da comarca.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 08 de janeiro de 2009.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

Município de IRINEOPOLIS - Poder Executivo  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO/2008 A DEZEMBRO/2008

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR
	(a)	NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	5.724.917,87	0,00
Pessoal Ativo	5.724.917,87	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)</b>	<b>5.724.917,87</b>	<b>0,00</b>
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)</b>	<b>5.724.917,87</b>	
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>		<b>VALOR</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)</b>		<b>12.566.276,18</b>
<b>% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100</b>		<b>45,56</b>
<b>LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 54%</b>		<b>6.785.789,14</b>
<b>LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 51,3%</b>		<b>6.446.499,68</b>

FONTE: SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

IRINEOPOLIS, 13/01/2009

WANDERLEI LEZAN  
Prefeito Municipal

BERNADETE SCHUSTER LONGO  
Secretaria da Fazenda

EDSON LUIZ ROSA  
Coordenador de Controle Interno

Município de IRINEOPOLIS  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2008

RGF – ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2008	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)</b>	<b>1.391.437,85</b>	<b>1.510.155,41</b>	<b>1.227.253,07</b>
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual de PPP	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00
Precatórios posteriores a 5.5.2000 (Inclusive)	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito inferiores a 12 meses	568.921,90	866.860,10	680.423,85
Parcelamentos de Dívidas	822.515,95	643.295,31	546.829,22
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	792.434,90	624.667,13	538.175,70
Previdenciárias	792.434,90	624.667,13	538.175,70
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	30.081,05	18.628,18	8.653,52
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>966.901,35</b>	<b>800.510,53</b>	<b>1.389.696,59</b>
Ativo Disponível	1.272.812,88	1.307.126,51	1.517.380,69
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	305.911,53	506.615,98	127.684,10
<b>OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Precatórios anteriores a 5.5.2000	0,00	0,00	0,00
Insuficiência Financeira	0,00	0,00	0,00
Outras Obrigações	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)</b>	<b>424.536,50</b>	<b>709.644,88</b>	<b>-162.443,52</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>9.796.684,27</b>	<b>11.240.929,87</b>	<b>12.566.276,18</b>
<b>% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]</b>	<b>14,20%</b>	<b>13,43%</b>	<b>9,77%</b>
<b>% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]</b>	<b>4,33%</b>	<b>6,31%</b>	<b>-1,29%</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%</b>	<b>11.756.021,12</b>	<b>13.489.115,84</b>	<b>15.079.531,42</b>

## REGIME PREVIDENCIÁRIO

ESPECIFICAÇÃO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2008	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00
<b>DEDUÇÕES (V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Ativo Disponível	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
<b>OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

IRINEOPOLIS, 13/01/2009

WANDERLEI LEZAN  
Prefeito Municipal

BERNADETE SCHUSTER LONGO  
Secretaria da Fazenda

EDSON LUIZ ROSA  
Coordenador de Controle Interno

FONTE: SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

Município de IRINEOPOLIS  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2008

RGF – Anexo III (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2008	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (I)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL IV</b>	<b>9.796.684,27</b>	<b>11.240.929,87</b>	<b>12.566.276,18</b>
<b>% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%</b>	<b>2.155.270,54</b>	<b>2.473.004,57</b>	<b>2.764.580,76</b>

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2008	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (V)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

IRINEOPOLIS, 13/01/2009

WANDERLEI LEZAN  
Prefeito Municipal

BERNADETE SCHUSTER LONGO  
Secretaria da Fazenda

EDSON LUIZ ROSA  
Coordenador de Controle Interno

Município de IRINEOPOLIS - Poder Executivo  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2008

RGF – ANEXO IV (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	OPERAÇÕES REALIZADAS ATÉ O ANO DE REFERÊNCIA	
	Credor	Valor
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)</b>		<b>481.500,00</b>
Externas		0,00
Internas		481.500,00
Outras Operações de Crédito Internas	BADESC - AGENCIA DE FOMENTO DC	481.500,00
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA (II)</b>		<b>0,00</b>
<b>TOTAL DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (III) = (I + II)</b>		<b>481.500,00</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>		<b>12.566.276,18</b>
<b>% DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS SOBRE A RCL (I/RCL)</b>		<b>3,83</b>
<b>% DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA SOBRE A RCL (II/RCL)</b>		<b>0,00</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS - 16%</b>		<b>2.010.604,19</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA - 7%</b>		<b>879.639,33</b>

OPERAÇÕES DE CRÉDITO NÃO SUJEITAS A LIMITES PARA EFEITO DE CONTRATAÇÃO	OPERAÇÕES REALIZADAS ATÉ O ANO DE REFERÊNCIA	
	Credor	Valor
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>		<b>0,00</b>
Externas		0,00

FONTE: SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

IRINEOPOLIS, 13/01/2009

WANDERLEI LEZAN  
Prefeito Municipal

BERNADETE SCHUSTER LONGO  
Secretaria da Fazenda

EDSON LUIZ ROSA  
Coordenador de Controle Interno

Município de IRINEOPOLIS  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2008

RGF - Anexo V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
<b>DISPONIBILIDADE FINANCEIRA</b>	<b>1.517.380,69</b>	<b>OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS</b>	<b>225.562,23</b>
Caixa	1.499,11	Depósitos	97.878,13
Bancos	1.515.881,58	Restos a Pagar Processados	127.684,10
Conta Movimento	641.863,22	Do Exercício	119.609,07
Contas Vinculadas	874.018,36	De Exercícios Anteriores	8.075,03
Aplicações Financeiras	0,00		



INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (I)	0,00	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (II)	1.291.818,46
TOTAL	1.517.380,69	TOTAL	1.517.380,69
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (III)			0,00
SUFICIÊNCIA APÓS INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (IV) = (II - III)			1.291.818,46

## REGIME PREVIDENCIÁRIO

ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS DO REGIME PREVIDENCIÁRIO			0,00
Restos a Pagar Processados			0,00
Do Exercício			0,00
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO REGIME PREVIDENCIÁRIO (V)	0,00	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO REGIME PREVIDENCIÁRIO (VI)	0,00
TOTAL	0,00	TOTAL	0,00
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO REGIME PREVIDENCIÁRIO (VII)			0,00
SUFICIÊNCIA APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO REGIME PREVIDENCIÁRIO (VIII) = (VI - VII)			0,00

IRINEOPOLIS, 13/01/2009

WANDERLEI LEZAN  
Prefeito Municipal

BERNADETE SCHUSTER LONGO  
Secretaria da Fazenda

EDSON LUIZ ROSA  
Coordenador de Controle Interno

FONTE: SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

Município de IRINEOPOLIS  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2008

RGF - ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ 1,00

ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR INSCRITOS				
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não Processados)		EMPENHOS CANCELADOS E NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	8.075,03	119.144,96	35,00	150.507,73	0,00
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS	8.075,03	109.962,42	0,00	140.026,77	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEOPOLIS	0,00	9.182,54	35,00	1.390,66	0,00
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE IRINEOPOLIS	0,00	0,00	0,00	9.090,30	0,00
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	0,00	464,11	0,00	0,00	0,00
HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS	0,00	464,11	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>8.075,03</b>	<b>119.609,07</b>	<b>35,00</b>	<b>150.507,73</b>	<b>0,00</b>

SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS  
(Apurado no Anexo V Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa)

1.291.818,46

FONTE DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR INSCRITOS				
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não Processados)		EMPENHOS CANCELADOS E NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	
RECURSOS DO TESOUREIRO - ORDINARIOS	0,00	30.966,82	0,00	17.970,04	0,00
Recursos MDEF 15%	0,00	0,00	0,00	67,00	0,00
Recursos MDE 10%	0,00	5.421,83	0,00	0,00	0,00
Recursos FUNDEF 60%	0,00	18.091,16	0,00	0,00	0,00
Recursos FUNDEF 40%	0,00	4.984,04	0,00	0,00	0,00
Recursos Vigilância Epidemiológica	0,00	93,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00	45,11	0,00
Recursos Demais Transferências SUS	0,00	96,08	0,00	0,00	0,00
Recursos Ordinários - Hospital	0,00	464,11	0,00	0,00	0,00
Recursos Saúde Bucal	0,00	0,00	0,00	472,97	0,00
Recursos Transferências FNAS	0,00	0,00	0,00	9.090,30	0,00
Transferências do Município 15%	0,00	8.993,46	35,00	872,58	0,00
Recursos Transferências da União	8.075,03	23.642,00	0,00	96.130,00	0,00
Saldo Ano Anterior - Alienações Bens Múveis	0,00	856,57	0,00	1.643,80	0,00
Saldo Ano Anterior - Transferências da União	0,00	26.000,00	0,00	24.215,93	0,00
<b>TOTAL :</b>	<b>8.075,03</b>	<b>119.609,07</b>	<b>35,00</b>	<b>150.507,73</b>	<b>0,00</b>

IRINEOPOLIS, 13/01/2009

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

BERNADETE SCHUSTER LONGO

Secretaria da Fazenda

EDSON LUIZ ROSA

Coordenador de Controle Interno

FONTE: SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

Município de IRINEOPOLIS - Poder Executivo  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS  
 RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DOS LIMITES**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 Até o 2º Semestre de 2008

L.R.F., Artigo 48 - Anexo VII

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	5.724.917,87	45,56
Limite Máximo (Incisos I, II, III, Art. 20 da LRF)	6.785.789,14	54,00
Limite Prudencial (§ Único, Art. 22 da LRF)	6.446.499,68	51,30
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	24.027,50	0,19
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	15.079.531,42	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	2.764.580,76	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	481.500,00	3,83
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	2.010.604,19	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	879.639,33	7,00

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	150.542,73	1.291.818,46

FONTE: SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

IRINEOPOLIS, 13/01/2009

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

BERNADETE SCHUSTER LONGO

Secretaria da Fazenda

EDSON LUIZ ROSA

Coordenador de Controle Interno

Município de IRINEOPOLIS  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2008/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>13.457.063,00</b>	<b>13.457.063,00</b>	<b>2.756.482,98</b>	<b>20,48</b>	<b>14.183.584,20</b>	<b>105,40</b>	<b>-726.521,20</b>
RECEITAS CORRENTES	10.990.063,00			0,00	12.566.276,18	0,00	
RECEITA TRIBUTARIA	549.000,00	549.000,00	73.183,26	13,33	711.939,37	129,68	-162.939,37
IMPOSTOS	481.000,00	481.000,00	70.404,12	14,64	637.132,75	132,46	-156.132,75
TAXAS	66.500,00	66.500,00	2.779,14	4,18	71.773,89	107,93	-5.273,89
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	1.500,00	1.500,00	0,00	0,00	3.032,73	202,18	-1.532,73
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	120.000,00	120.000,00	37.037,61	30,86	96.445,39	80,37	23.554,61
CONTRIBUICOES ECONÔMICAS	120.000,00	120.000,00	37.037,61	30,86	96.445,39	80,37	23.554,61
RECEITA PATRIMONIAL	24.425,00	24.425,00	60.172,56	246,36	69.360,48	283,97	-44.935,48
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	20.600,00	20.600,00	60.165,52	292,07	69.333,57	336,57	-48.733,57
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	1.725,00	1.725,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.725,00
Outras Rec. Patrimoniais	1.600,00	1.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.600,00
Outras Receitas Patrimoniais	500,00	500,00	7,04	1,41	26,91	5,38	473,09
RECEITA DE SERVIÇOS	182.000,00	182.000,00	22.885,53	12,57	188.570,81	103,61	-6.570,81
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	10.009.938,00	10.009.938,00	2.205.460,50	22,03	11.394.369,18	113,83	-1.384.431,18
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	9.889.938,00	9.889.938,00	2.185.400,62	22,10	11.183.890,07	113,08	-1.293.952,07
Transf. de Conv.	120.000,00	120.000,00	20.059,88	16,72	210.479,11	175,40	-90.479,11
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	104.700,00	104.700,00	17.743,52	16,95	105.590,95	100,85	-890,95
Multas e Juros de Mora	18.000,00	18.000,00	5.794,05	32,19	31.376,20	174,31	-13.376,20
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	6.100,00	6.100,00	881,91	14,46	4.132,99	67,75	1.967,01
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	19.600,00	19.600,00	6.650,75	33,93	42.503,91	216,86	-22.903,91
RECEITAS DIVERSAS	61.000,00	61.000,00	4.416,81	7,24	27.577,85	45,21	33.422,15
RECEITAS DE CAPITAL	2.467.000,00			0,00	1.617.308,02	0,00	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	481.500,00	96,30	18.500,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	481.500,00	96,30	18.500,00
ALIENAÇÃO DE BENS	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	21.840,50	43,68	28.159,50
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	21.840,50	43,68	28.159,50
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.917.000,00	1.917.000,00	340.000,00	17,74	1.113.967,52	58,11	803.032,48
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.917.000,00	1.917.000,00	340.000,00	17,74	1.113.967,52	58,11	803.032,48
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>13.457.063,00</b>	<b>13.457.063,00</b>	<b>2.756.482,98</b>	<b>20,48</b>	<b>14.183.584,20</b>	<b>105,40</b>	<b>-726.521,20</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>13.457.063,00</b>	<b>13.457.063,00</b>	<b>2.756.482,98</b>	<b>20,48</b>	<b>14.183.584,20</b>	<b>105,40</b>	<b>-726.521,20</b>
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL VII = (V + VI)	13.457.063,00	13.457.063,00	2.756.482,98	20,48	14.183.584,20	105,40	-726.521,20
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	—	—	—	564.320,33	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS				SALDO A EXECUTAR (f - (g + h))
						LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (h)	% ((g + h) / f)	
				No Bimestre (g)	Até o Bimestre (h)	No Bimestre (i)	Até o Bimestre (g)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	13.457.063,00	2.163.512,33	15.620.575,33	2.146.899,20	13.659.415,05	2.173.411,58	13.508.907,32	150.507,73	87,45	1.961.160,28
DESPESAS CORRENTES	10.027.863,00	2.308.760,23	12.336.623,23	2.018.191,77	11.445.469,55	2.056.464,68	11.430.952,35	14.517,20	92,78	891.153,68
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.328.963,00	910.248,56	6.239.211,56	1.253.071,31	6.042.967,55	1.253.071,31	6.042.967,55	0,00	96,85	196.244,01
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	81.000,00	75.000,00	156.000,00	24.108,80	148.994,82	24.108,80	148.994,82	0,00	95,51	7.005,18
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.617.900,00	1.323.511,67	5.941.411,67	741.011,66	5.253.507,18	779.284,57	5.238.989,98	14.517,20	88,42	687.904,49
DESPESAS DE CAPITAL	3.375.200,00	-145.247,90	3.229.952,10	128.707,43	2.213.945,50	116.946,90	2.077.954,97	135.990,53	68,54	1.016.006,60
INVESTIMENTOS	2.896.200,00	-145.247,90	2.750.952,10	56.421,94	1.737.232,99	44.661,41	1.601.242,46	135.990,53	63,15	1.013.719,11
INVERSOES FINANCEIRAS	53.000,00	-3.000,00	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	100,00	0,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	426.000,00	3.000,00	429.000,00	72.285,49	426.712,51	72.285,49	426.712,51	0,00	99,47	2.287,49
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	54.000,00	0,00	54.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	54.000,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS				SALDO A EXECUTAR (f - (g + h))
						LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (h)	% ((g + h) / f)	
				No Bimestre (g)	Até o Bimestre (h)	No Bimestre (i)	Até o Bimestre (g)			
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	13.457.063,00	2.163.512,33	15.620.575,33	2.146.899,20	13.659.415,05	2.173.411,58	13.508.907,32	150.507,73	87,45	1.961.160,28
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	13.457.063,00	2.163.512,33	15.620.575,33	2.146.899,20	13.659.415,05	2.173.411,58	13.508.907,32	150.507,73	87,45	1.961.160,28
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	524.169,15		—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	13.457.063,00	2.163.512,33	15.620.575,33	2.146.899,20	13.659.415,05	2.173.411,58	14.183.584,20		87,45	1.961.160,28

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE: SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

Município de IRINEÓPOLIS  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2008/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO – Anexo II ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c" )

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS					SALDO A EXECUTAR (a - ( b + c))
			No Bimestre	Até o Bimestre	LIQUIDADAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (c)	%(b + c)/ Total (b + c)	%(b + c)/a	
					No Bimestre	Até o Bimestre (b)				
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	13.457.063,00	15.620.575,33	2.146.899,20	13.659.415,05	2.173.411,58	13.508.907,32	150.507,73	100,00	87,45	1.961.160,28
Legislativa	540.000,00	540.000,00	87.088,17	377.837,72	87.088,17	377.837,72	0,00	2,77	69,97	162.162,28
Ação Legislativa	540.000,00	540.000,00	87.088,17	377.837,72	87.088,17	377.837,72	0,00	2,77	69,97	162.162,28
Administração	1.094.700,00	1.381.700,00	234.391,15	1.320.391,64	231.102,81	1.316.636,90	3.754,74	9,67	95,56	61.308,36
Planejamento e Orçamento	208.500,00	256.500,00	47.824,86	241.891,88	46.812,52	240.461,14	1.430,74	1,77	94,30	14.608,12
Administração Geral	598.500,00	837.500,00	134.502,67	808.138,08	132.223,67	805.814,08	2.324,00	5,92	96,49	29.361,92
Administração Financeira	287.700,00	287.700,00	52.063,62	270.361,68	52.066,62	270.361,68	0,00	1,98	93,97	17.338,32
Segurança Pública	43.000,00	28.000,00	7.099,42	21.934,79	7.099,42	21.934,79	0,00	0,16	78,34	6.065,21
Defesa Civil	43.000,00	28.000,00	7.099,42	21.934,79	7.099,42	21.934,79	0,00	0,16	78,34	6.065,21
Assistência Social	1.293.300,00	1.122.400,00	121.065,57	580.007,17	112.412,38	570.916,87	9.090,30	4,25	51,68	542.392,83
Assistência ao Idoso	10.000,00	17.000,00	2.353,62	13.622,02	2.353,62	13.622,02	0,00	0,10	80,13	3.377,98
Assistência ao Portador de Deficiência	11.000,00	11.000,00	1.575,52	9.453,12	1.575,52	9.453,12	0,00	0,07	85,94	1.546,88
Assistência à Criança e ao Adolescente	213.200,00	236.200,00	40.506,19	164.041,94	31.415,89	154.951,64	9.090,30	1,20	69,45	72.158,06

Assistência à Criança e ao Adolescente	213.200,00	236.200,00	40.506,19	164.041,94	31.415,89	154.951,64	9.090,30	1,20	69,45	72.158,06
Assistência Comunitária	1.001.600,00	740.700,00	56.561,53	279.770,15	56.998,64	279.770,15	0,00	2,05	37,77	460.929,85
Previdência Básica	57.500,00	117.500,00	20.068,71	113.119,94	20.068,71	113.119,94	0,00	0,83	96,27	4.380,06
Saúde	3.040.863,00	3.475.950,71	555.639,66	3.164.727,84	561.749,75	3.163.337,18	1.390,66	23,17	91,05	311.222,87
Administração Geral	4.500,00	4.500,00	0,00	900,00	0,00	900,00	0,00	0,01	20,00	3.600,00
Atenção Básica	2.623.363,00	2.960.450,71	476.060,55	2.683.307,67	482.038,55	2.681.962,12	1.345,55	19,64	90,64	277.143,04
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	362.500,00	452.500,00	74.292,87	439.480,33	74.470,07	439.480,33	0,00	3,22	97,12	13.019,67
Vigilância Sanitária	27.500,00	27.500,00	2.748,49	23.448,86	2.703,38	23.403,75	45,11	0,17	85,27	4.051,14
Vigilância Epidemiológica	23.000,00	31.000,00	2.537,75	17.590,98	2.537,75	17.590,98	0,00	0,13	56,75	13.409,02
Educação	3.570.200,00	4.440.852,34	705.570,64	4.021.829,96	726.748,44	4.020.119,16	1.710,80	29,44	90,56	419.022,38
Administração Geral	2.500,00	2.500,00	90,00	1.000,00	90,00	1.000,00	0,00	0,01	40,00	1.500,00
Ensino Fundamental	2.924.700,00	3.666.575,69	573.425,54	3.340.242,25	593.537,46	3.340.175,25	67,00	24,45	91,10	326.333,44
Ensino Médio	20.000,00	20.000,00	0,00	14.500,00	0,00	14.500,00	0,00	0,11	72,50	5.500,00
Ensino Superior	25.500,00	78.363,87	10.815,17	45.043,68	11.424,85	45.043,68	0,00	0,33	57,48	33.320,19
Educação Infantil	578.500,00	650.412,78	116.439,93	603.044,03	116.896,13	601.400,23	1.643,80	4,41	92,72	47.368,75
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>13.457.063,00</b>	<b>15.620.575,33</b>	<b>2.146.899,20</b>	<b>13.659.415,05</b>	<b>2.173.411,58</b>	<b>13.508.907,32</b>	<b>150.507,73</b>	<b>100,00</b>	<b>87,45</b>	<b>1.961.160,28</b>
Educação	3.570.200,00	4.440.852,34	705.570,64	4.021.829,96	726.748,44	4.020.119,16	1.710,80	29,44	90,56	419.022,38
Educação de Jovens e Adultos	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
Educação Especial	16.000,00	20.000,00	4.800,00	18.000,00	4.800,00	18.000,00	0,00	0,13	90,00	2.000,00
Cultura	7.000,00	47.000,00	8.793,91	44.790,55	8.793,91	44.790,55	0,00	0,33	95,30	2.209,45
Difusão Cultural	7.000,00	47.000,00	8.793,91	44.790,55	8.793,91	44.790,55	0,00	0,33	95,30	2.209,45
Urbanismo	749.000,00	1.459.672,14	88.444,56	1.421.286,56	89.684,56	1.421.286,56	0,00	10,41	97,37	38.385,58
Infra-Estrutura Urbana	749.000,00	1.459.672,14	88.444,56	1.421.286,56	89.684,56	1.421.286,56	0,00	10,41	97,37	38.385,58
Habitação	30.000,00	65.000,00	14.000,80	64.000,80	0,00	50.000,00	14.000,80	0,47	98,46	999,20
Habitação Urbana	30.000,00	65.000,00	14.000,80	64.000,80	0,00	50.000,00	14.000,80	0,47	98,46	999,20
Saneamento	22.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Urbano	22.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	797.000,00	839.772,81	73.181,87	544.449,57	75.829,02	424.103,64	120.345,93	3,99	64,83	295.323,24
Extensão Rural	797.000,00	839.772,81	73.181,87	544.449,57	75.829,02	424.103,64	120.345,93	3,99	64,83	295.323,24
Indústria	33.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial	33.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comércio e Serviços	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Turismo	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Energia	118.000,00	118.000,00	41.648,14	109.238,85	41.648,14	109.238,85	0,00	0,80	92,58	8.761,15
Energia Elétrica	118.000,00	118.000,00	41.648,14	109.238,85	41.648,14	109.238,85	0,00	0,80	92,58	8.761,15
Transporte	2.008.000,00	2.001.227,33	206.130,16	1.950.459,16	227.409,83	1.950.244,66	214,50	14,28	97,46	50.768,17
Transporte Rodoviário	2.008.000,00	2.001.227,33	206.130,16	1.950.459,16	227.409,83	1.950.244,66	214,50	14,28	97,46	50.768,17
Desporto e Lazer	47.000,00	47.000,00	3.845,15	38.460,44	3.845,15	38.460,44	0,00	0,28	81,83	8.539,56
Desporto Comunitário	47.000,00	47.000,00	3.845,15	38.460,44	3.845,15	38.460,44	0,00	0,28	81,83	8.539,56
Reserva de Contingência	54.000,00	54.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	54.000,00
Reserva de Contingência	54.000,00	54.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	54.000,00
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>13.457.063,00</b>	<b>15.620.575,33</b>	<b>2.146.899,20</b>	<b>13.659.415,05</b>	<b>2.173.411,58</b>	<b>13.508.907,32</b>	<b>150.507,73</b>	<b>100,00</b>	<b>87,45</b>	<b>1.961.160,28</b>
Reserva de Contingência	54.000,00	54.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	54.000,00
Reserva de Contingência	54.000,00	54.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	54.000,00
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>13.457.063,00</b>	<b>15.620.575,33</b>	<b>2.146.899,20</b>	<b>13.659.415,05</b>	<b>2.173.411,58</b>	<b>13.508.907,32</b>	<b>150.507,73</b>	<b>100,00</b>	<b>87,45</b>	<b>1.961.160,28</b>

FONTE: SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de IRINEOPOLIS  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO/2008 A DEZEMBRO/2008

RREO - ANEXO III (LRF, Art. 53, inciso I)

RS 1.00														
ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													PREVISÃO ATUALIZADA 2008
	Jan/2008	Fev/2008	Mar/2008	Abr/2008	Mai/2008	Jun/2008	Jul/2008	Ago/2008	Set/2008	Out/2008	Nov/2008	Dez/2008	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	
RECEITAS CORRENTES (I)	1.093.174,52	1.080.799,81	1.033.360,03	1.400.280,02	1.244.466,42	1.045.465,37	1.119.758,08	1.176.660,41	1.078.279,65	1.144.164,28	1.138.733,12	1.554.159,25	14.109.300,96	12.381.525,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	31.351,79	63.352,33	58.274,38	188.857,37	86.091,82	35.297,09	37.207,32	44.992,74	46.190,14	47.141,13	34.085,00	39.098,26	711.939,37	549.000,00
I.P.T.U.	0,00	179,07	18.682,80	108.347,25	6.941,06	3.558,92	3.792,89	1.618,36	2.075,14	2.462,89	1.030,03	2.618,73	151.307,14	147.000,00
I.S.S.	16.444,01	23.584,60	20.813,65	36.330,52	64.782,51	16.627,66	18.057,68	27.776,39	29.382,04	26.199,87	20.209,31	17.117,05	317.325,29	240.000,00
I.T.B.I.	3.070,00	410,00	658,00	27.573,00	843,00	1.630,00	2.208,00	594,00	3.077,00	6.536,48	1.216,00	320,74	48.136,22	25.000,00
Outras Receitas Tributárias	11.837,78	39.178,66	18.119,93	16.066,60	13.525,25	13.480,51	13.148,75	15.003,99	11.655,96	11.941,89	11.629,66	19.041,74	195.170,72	137.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	9.132,12	0,00	9.048,83	18.267,65	12.409,55	10.549,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	37.037,61	96.445,39	120.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	2.818,71	66,27	2.675,33	0,00	2.254,84	6,31	0,00	1.366,46	133,83	60.038,73	69.360,48	24.425,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	14.225,31	2.155,81	15.615,79	29.959,50	25.799,97	13.568,98	17.451,60	19.287,77	14.589,53	13.031,02	13.605,60	9.279,93	188.570,81	182.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.026.487,29	1.009.137,85	941.266,69	1.156.648,26	1.111.301,31	981.143,66	1.052.491,16	1.105.469,84	1.004.554,93	1.067.023,08	1.084.111,18	1.397.758,71	12.937.393,96	11.404.900,00
Cota-Parte do F.P.M.	436.286,19	479.217,18	377.457,22	437.521,78	460.344,80	396.887,79	359.532,00	439.160,08	386.745,62	368.079,75	466.431,37	704.481,90	5.312.145,68	4.400.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	276.272,24	223.462,41	201.629,37	271.723,58	238.846,47	218.517,16	273.183,72	262.309,00	259.657,96	266.007,84	244.923,30	273.662,35	3.010.195,40	3.000.000,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	10.340,38	21.555,75	25.725,64	28.021,98	20.076,50	34.083,05	30.171,99	18.045,71	21.399,66	29.021,07	16.616,57	11.656,58	266.714,88	223.000,00
Cota-Parte do ITR.	1.526,05	11,04	34,57	208,30	823,10	254,33	103,90	48,87	974,90	11.201,65	675,16	1.436,29	17.298,16	16.000,00
Transferências da LC 61/1989	8.779,21	7.098,46	6.753,75	7.415,43	7.850,70	7.914,78	6.285,25	8.334,25	8.027,71	8.369,72	8.368,75	8.591,88	93.789,89	100.000,00
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00	6.401,23	2.133,74	2.133,74	2.133,74	2.133,74	2.133,74	2.133,74	2.133,74	2.133,74	2.133,74	25.604,89	30.000,00
Transferências do FUNDEB	200.471,48	179.423,33	173.937,33	192.546,48	186.165,65	184.704,40	183.079,16	195.759,61	185.328,11	191.615,60	205.251,39	168.875,20	2.247.157,74	2.000.000,00
Outras Transferências Correntes	92.811,74	98.369,68	149.327,58	217.076,97	195.060,35	136.648,41	198.001,40	179.678,58	140.287,23	190.593,71	139.710,90	226.920,77	1.964.487,32	1.635.900,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	11.978,01	6.153,82	6.335,63	6.480,97	6.188,44	4.906,01	10.353,16	6.903,75	12.945,05	15.602,59	6.797,51	10.946,01	105.590,95	101.200,00
DEDUÇÕES (II)	132.822,28	132.974,88	111.989,14	135.517,85	132.777,60	119.222,54	121.555,54	132.909,85	123.330,68	123.515,03	134.621,24	141.788,15	1.543.024,78	1.409.962,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	132.822,28	132.974,88	111.989,14	135.517,85	132.777,60	119.222,54	121.555,54	132.909,85	123.330,68	123.515,03	134.621,24	141.788,15	1.543.024,78	1.409.962,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	960.352,24	947.824,93	921.370,89	1.264.762,17	1.111.688,82	926.242,83	998.202,54	1.043.750,56	954.948,97	1.020.649,25	1.004.111,88	1.412.371,10	12.566.276,18	10.971.563,00

FONTE: SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO  
IRINEOPOLIS, 13/01/2009

WANDERLEI LEZAN                      MARIA LAURA BINDER LIMA                      BERNADETE SCHUSTER LONGO  
Prefeito Municipal                      Contadora CRC/SC - 023899                      Secretária da Fazenda

Município de IRINEOPOLIS  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2008/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo V (LRF, Art. 53, inciso II)

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2008	Até o Bimestre/2007
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição do Servidor Ativo Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição do Servidor Inativo Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Pensionista Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição do Militar Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição do Militar Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Pensionista Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária entre RGPS e RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal de Servidor Ativo Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal de Servidor Inativo Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal de Pensionista Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal de Militar Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal de Militar Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal de Pensionista Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Previdenciária para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Previdenciária em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



Município de IRINEOPOLIS  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2008/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 2/3

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2008	Até o Bimestre/2007
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS PARA COBERTURA DE DÉFICIT ATUARIAL RPPS (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS PARA COBERTURA DE DÉFICIT FINANCEIRO RPPS (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS APORTES AO RPPS (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (I + II + III + V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

  

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS				
			Em 2008		Em 2007		
			LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS Até o Bimestre/2007	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			No Bimestre	Até o Bimestre/2008			
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	-	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (X) = (VII + VIII + IX)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - RPPS (XI) = (VI - X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>		<b>0,00</b>	

FONTE: SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Município de IRINEOPOLIS  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2008/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO – Anexo VI (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO		
	Em 31 Dez 2007 (A)	Em 31 Out 2008 (B)	Em 31 Dez 2008 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.391.437,85	1.365.906,42	1.227.253,07
DEDUÇÕES (II)	966.901,35	818.842,24	1.389.696,59
Ativo Disponível	1.272.812,88	1.174.711,25	1.517.380,69
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	305.911,53	355.869,01	127.684,10
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	424.536,50	547.064,18	-162.443,52
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>424.536,50</b>	<b>547.064,18</b>	<b>-162.443,52</b>

ESPECIFICAÇÃO	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Dez 2008 (C - A)
<b>RESULTADO NOMINAL</b>	<b>-709.507,70</b>	<b>-586.980,02</b>

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>0,00</b>

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
ESPECIFICAÇÃO	SALDO		
	Em 31 Dez 2007 (A)	Em 31 Out 2008 (B)	Em 31 Dez 2008 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VI)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Ativo Disponível	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE: SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

Município de IRINEOPOLIS  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2008/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO VII (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre/2008	Até o Bimestre/2007
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)</b>	<b>10.969.463,00</b>	<b>2.356.317,46</b>	<b>12.496.942,61</b>	<b>9.725.786,98</b>
Receita Tributária	549.000,00	73.183,26	711.939,37	592.014,45
I.P.T.U.	147.000,00	3.648,76	151.307,14	141.396,22
I.S.S.	240.000,00	37.326,36	317.325,29	290.397,83
I.T.B.I.	25.000,00	1.536,74	48.136,22	35.617,45
I.R.R.F.	69.000,00	27.892,26	120.364,10	52.884,13
Outras Receitas Tributárias	68.000,00	2.779,14	74.806,62	71.718,82
Receita de Contribuição	120.000,00	37.037,61	96.445,39	108.322,56
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	120.000,00	37.037,61	96.445,39	108.322,56
Receita Patrimonial Líquida	3.825,00	7,04	26,91	52.276,46
Receita Patrimonial	24.425,00	60.172,56	69.360,48	123.173,75
(-) Aplicações Financeiras	20.600,00	60.165,52	69.333,57	70.897,29
Transferências Correntes	10.009.938,00	2.205.460,50	11.394.369,18	8.664.826,85
F.P.M.	3.593.500,00	997.501,69	4.379.646,53	2.678.105,38
I.C.M.S.	2.450.100,00	423.528,94	2.459.393,27	2.253.868,75
Convênios	120.000,00	20.059,88	210.479,11	101.757,00
Outras Transferências Correntes	3.846.338,00	764.369,99	4.344.850,27	3.631.095,72
Demais Receitas Correntes	286.700,00	40.629,05	294.161,76	308.346,66
Dívida Ativa	19.600,00	6.650,75	42.503,91	44.796,73
Diversas Receitas Correntes	267.100,00	33.978,30	251.657,85	263.549,93
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>	<b>2.467.000,00</b>	<b>340.000,00</b>	<b>1.617.308,02</b>	<b>729.255,68</b>
Operações de Crédito (III)	500.000,00	0,00	481.500,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	50.000,00	0,00	21.840,50	87.288,76
Transferências de Capital	1.917.000,00	340.000,00	1.113.967,52	641.966,92
Convênios	1.917.000,00	340.000,00	1.113.967,52	641.966,92
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)</b>	<b>1.917.000,00</b>	<b>340.000,00</b>	<b>1.113.967,52</b>	<b>641.966,92</b>
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)</b>	<b>12.886.463,00</b>	<b>2.696.317,46</b>	<b>13.610.910,13</b>	<b>10.367.753,90</b>

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS				
		EM 2008		EM 2007		
		LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
		No Bimestre	Até o Bimestre		Até o Bimestre	
<b>DESPESAS CORRENTES (VIII)</b>	<b>12.336.623,23</b>	<b>2.056.464,68</b>	<b>11.430.952,35</b>	<b>14.517,20</b>	<b>9.393.038,73</b>	<b>68.950,94</b>
Pessoal e Encargos Sociais	6.239.211,56	1.253.071,31	6.042.967,55	0,00	5.001.440,26	0,00
Juros e Encargos da Dívida (IX)	156.000,00	24.108,80	148.994,82	0,00	69.420,28	0,00
Outras Despesas Correntes	5.941.411,67	779.284,57	5.238.989,98	14.517,20	4.322.178,19	68.950,94
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)</b>	<b>12.180.623,23</b>	<b>2.032.355,88</b>	<b>11.281.957,53</b>	<b>14.517,20</b>	<b>9.323.618,45</b>	<b>68.950,94</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>3.229.952,10</b>	<b>116.946,90</b>	<b>2.077.954,97</b>	<b>135.990,53</b>	<b>635.740,66</b>	<b>213.010,03</b>
Investimentos	2.750.952,10	44.661,41	1.601.242,46	135.990,53	403.094,70	213.010,03
Inversões Financeiras	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	429.000,00	72.285,49	426.712,51	0,00	232.645,96	0,00
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)</b>	<b>2.800.952,10</b>	<b>44.661,41</b>	<b>1.651.242,46</b>	<b>135.990,53</b>	<b>403.094,70</b>	<b>213.010,03</b>
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)</b>	<b>54.000,00</b>	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	54.000,00	-	-	-	-	-
<b>RESERVA DO RPPS (XVII)</b>	<b>0,00</b>	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	0,00	-	-	-	-	-
<b>RESERVA DO RPPS (XVII)</b>	<b>0,00</b>	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	0,00	-	-	-	-	-
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)</b>	<b>15.035.575,33</b>	<b>2.077.017,29</b>	<b>12.933.199,99</b>	<b>150.507,73</b>	<b>9.726.713,15</b>	<b>281.960,97</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	<b>-2.149.112,33</b>	<b>619.300,17</b>	<b>527.202,41</b>		<b>359.079,78</b>	
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>			564.320,33			

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL

VALOR CORRENTE

META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

0,00

FONTE: SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

IRINEOPOLIS, 13/01/2009

Município de IRINEOPOLIS  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2008/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo IX (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS					RP NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2007				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2007			
<b>RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)</b>	10.470,00	295.441,53	11.790,00	294.121,53	-	-	281.960,97	48,00	273.802,94	8.110,03
<b>EXECUTIVO</b>										
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	10.470,00	294.834,39	11.790,00	293.514,39	0,00	0,00	281.777,55	48,00	273.619,52	8.110,03
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	1.735,25	0,00	1.735,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	70.289,47	0,00	70.289,47	0,00	0,00	1.862,85	0,00	1.827,85	35,00
PODER EXECUTIVO	10.470,00	222.809,67	11.790,00	221.489,67	0,00	0,00	279.914,70	48,00	271.791,67	8.075,03
HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS	0,00	607,14	0,00	607,14	0,00	0,00	183,42	0,00	183,42	0,00
HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS	0,00	607,14	0,00	607,14	0,00	0,00	183,42	0,00	183,42	0,00
<b>RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL (III) = (I + II):</b>	<b>10.470,00</b>	<b>295.441,53</b>	<b>11.790,00</b>	<b>294.121,53</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>281.960,97</b>	<b>48,00</b>	<b>273.802,94</b>	<b>8.110,03</b>

FONTE: SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

MUNICÍPIO DE IRINEOPOLIS  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2008/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO X (Lei nº 9.394/1996, art. 72)

R\$ 1,00

**RECEITAS DO ENSINO**

RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	<b>503.100,00</b>	<b>503.100,00</b>	<b>79.820,89</b>	<b>683.663,43</b>	<b>135,89</b>
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	159.000,00	159.000,00	11.345,88	182.833,29	114,99
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	147.000,00	147.000,00	3.648,76	151.307,14	102,93
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	5.000,00	5.000,00	3.117,57	12.799,74	255,99
Dívida Ativa do IPTU	7.000,00	7.000,00	4.579,55	18.726,41	267,52
Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	25.500,00	25.500,00	1.536,74	48.136,22	188,77
Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	25.000,00	25.000,00	1.536,74	48.136,22	192,54
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	249.600,00	249.600,00	39.046,01	332.329,82	133,14
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	240.000,00	240.000,00	37.326,36	317.325,29	132,22
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	3.500,00	3.500,00	610,19	5.125,73	146,45
Dívida Ativa do ISS	6.100,00	6.100,00	1.109,46	9.878,80	161,95
Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	69.000,00	69.000,00	27.892,26	120.364,10	174,44
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	69.000,00	69.000,00	27.892,26	120.364,10	174,44
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	<b>7.769.000,00</b>	<b>7.769.000,00</b>	<b>1.741.111,63</b>	<b>8.725.748,90</b>	<b>112,31</b>
2.1- Cota-Parte FPM	4.400.000,00	4.400.000,00	1.170.913,27	5.312.145,68	120,73
2.2- Cota-Parte ICMS	3.000.000,00	3.000.000,00	518.585,65	3.010.195,40	100,34
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	30.000,00	30.000,00	4.267,48	25.604,89	85,35
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	100.000,00	100.000,00	16.960,63	93.789,89	93,79
2.5- Cota-Parte ITR	16.000,00	16.000,00	2.111,45	17.298,16	108,11
2.6- Cota-Parte IPVA	223.000,00	223.000,00	28.273,15	266.714,88	119,60
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>8.272.100,00</b>	<b>8.272.100,00</b>	<b>1.820.932,52</b>	<b>9.409.412,33</b>	<b>113,75</b>
OUTRAS RECEITAS DESTINADAS AO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>4- TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	<b>378.000,00</b>	<b>378.000,00</b>	<b>67.599,89</b>	<b>367.701,40</b>	<b>97,28</b>
4.1- Transferências do Salário-Educação	190.000,00	190.000,00	35.377,32	217.257,03	114,35
4.2- Outras Transferências do FNDE	188.000,00	188.000,00	32.222,57	150.444,37	80,02
<b>5- TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO</b>	<b>305.000,00</b>	<b>305.000,00</b>	<b>20.059,88</b>	<b>160.479,11</b>	<b>52,62</b>
<b>6- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO DESTINADA À EDUCAÇÃO</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>7- OUTRAS RECEITAS DESTINADAS À EDUCAÇÃO</b>	<b>9.000,00</b>	<b>9.000,00</b>	<b>2.066,29</b>	<b>13.450,73</b>	<b>149,45</b>
<b>8- TOTAL DAS OUTRAS RECEITAS DESTINADAS AO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7)</b>	<b>692.000,00</b>	<b>692.000,00</b>	<b>89.726,06</b>	<b>541.631,24</b>	<b>78,27</b>

**FUNDEB**

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>9- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	<b>1.409.962,00</b>	<b>1.409.962,00</b>	<b>276.409,39</b>	<b>1.543.024,78</b>	<b>109,44</b>
9.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (18,33% de 2.1)	806.500,00	806.500,00	173.411,58	932.499,15	115,62
9.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (18,33% de 2.2)	549.900,00	549.900,00	95.056,71	550.802,13	100,16
9.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (18,33% de 2.3)	5.500,00	5.500,00	782,22	4.693,33	85,33
9.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (18,33% de 2.4)	18.330,00	18.330,00	3.108,88	17.191,59	93,79
9.5- Cota-Parte ITR Destinada ao FUNDEB - (13,33% de 2.5)	2.132,00	2.132,00	281,40	2.303,64	108,05

9.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (13,33% de 2.6)	27.600,00	27.600,00	3.768,60	35.534,94	128,75
10- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	2.000.000,00	2.000.000,00	374.126,59	2.247.157,74	112,36
10.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	2.000.000,00	2.000.000,00	374.126,59	2.247.157,74	112,36
10.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
10.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (10.1 - 9)	590.038,00	590.038,00	97.717,20	704.132,96	119,34
[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (11) > 0] = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					
[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (11) < 0] = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS			
			LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	%(g)=((e+f)/d)x100
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)		
12- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.200.000,00	1.486.998,56	310.334,09	1.472.916,69	0,00	99,05
12.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12.2- Com Ensino Fundamental	1.200.000,00	1.486.998,56	310.334,09	1.472.916,69	0,00	99,05
13- OUTRAS DESPESAS	800.000,00	1.044.000,00	163.781,62	1.017.110,87	0,00	97,42
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	800.000,00	1.044.000,00	163.781,62	1.017.110,87	0,00	97,42
14- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (12 + 13)	2.000.000,00	2.530.998,56	474.115,71	2.490.027,56	0,00	98,38
15- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL * (12 / 10) x 100%						65,55

## CÁLCULO DO LIMITE MÍNIMO COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100	
16- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)¹	2.068.025,00	2.068.025,00	455.233,13	2.352.353,08	113,75	
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS			
			LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	% (g)=((e+f)/d)x100
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)		
17- EDUCAÇÃO INFANTIL	516.500,00	592.000,00	106.351,35	562.768,55	0,00	95,06
17.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	516.500,00	592.000,00	106.351,35	562.768,55	0,00	95,06
18- ENSINO FUNDAMENTAL	2.303.700,00	2.774.698,56	488.434,71	2.692.883,27	67,00	97,05
18.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	2.000.000,00	2.530.998,56	474.115,71	2.490.027,56	0,00	98,38
18.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	303.700,00	243.700,00	14.319,00	202.855,71	67,00	83,27
19- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO (17 + 18 + 19 + 20 + 21 + 22)	2.820.200,00	3.366.698,56	594.786,06	3.255.651,82	67,00	96,70
DEDUÇÕES / ADIÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
24- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (11)					704.132,96	
25- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—	
26- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO²					—	
27- DESPESAS VINCULADAS AO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO ACRÉSCIMO E DA COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB DO EXERCÍCIO ANTERIOR					183.015,81	
28- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (37g)					1.335,00	
29- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (38.3)					—	
30- TOTAL DAS DEDUÇÕES / ADIÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (24 + 25 + 26 + 27 + 28 + 29)					888.483,77	
31- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO³ [(17 + 18) - (30) / (3)] x 100%					25,16	

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS			
			LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	%(g)=((e+f)/d)x100
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)		
32- CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	190.000,00	300.815,37	53.399,55	246.997,51	0,00	82,11
33- RECURSOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34- OUTROS RECURSOS DESTINADOS À EDUCAÇÃO	515.500,00	613.464,79	62.247,98	449.682,93	1.643,80	73,57
35- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À MDE (32 + 33 + 34)	705.500,00	914.280,16	115.647,53	696.680,44	1.643,80	76,38
36- TOTAL DAS DESPESAS COM ENSINO (23 + 35)	3.525.700,00	4.280.978,72	710.433,59	3.952.332,26	1.710,80	92,36

## OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE FINANCEIRO

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2008 (g)
37- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	0,00	1.335,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS DO FUNDEB		VALOR
38- SALDO FINANCEIRO DO FUNDEB EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007		1.210,49
38.1- (+) INGRESSO DE RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE		2.247.157,74
38.2- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		-4.350,73
38.3- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE		0,00
39- SALDO FINANCEIRO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO ATUAL		2.252.718,96

IRINEOPOLIS, 13/01/2009

## FONTE:

<sup>1</sup> Caput do artigo 212 da CF/1988<sup>2</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.<sup>3</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme Lei 9.394/96, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do acréscimo do FUNDEB foi de R\$ 183.015,81, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Município de IRINEOPOLIS  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2008/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO XI (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO A REALIZAR (c) = (a - b)
<b>RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)</b>	<b>500.000,00</b>	<b>481.500,00</b>		<b>18.500,00</b>
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	3.229.952,10	2.077.954,97	135.990,53	1.016.006,60
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):</b>	<b>3.229.952,10</b>	<b>2.077.954,97</b>	<b>135.990,53</b>	<b>1.016.006,60</b>
<b>RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)</b>	<b>-2.729.952,10</b>	<b>-1.732.445,50</b>		<b>-997.506,60</b>

FONTE: SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Município de IRINEOPOLIS  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO  
DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS**

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

2007 a 2041

RREO – ANEXO XIII (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = ( a - b )	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
				0,00

**NADA A DECLARAR.**

FONTE: SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

Município de IRINEOPOLIS  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2008/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO XIV (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	50.000,00	21.840,50	28.159,50
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	50.000,00	21.840,50	28.159,50
<b>TOTAL</b>	50.000,00	21.840,50	28.159,50

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	123.395,71	28.375,24	1.643,80	93.376,67
Investimentos	123.395,71	28.375,24	1.643,80	93.376,67
<b>TOTAL</b>	123.395,71	28.375,24	1.643,80	93.376,67

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2007 (h)	Em 2008 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00	-8.178,54	-8.178,54

FONTE: SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.



Município de IRINEOPOLIS  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM  
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2008/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO – ANEXO XVI (ADCT, art. 77)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	8.272.100,00	8.272.100,00	9.409.412,33	113,75
Impostos	481.000,00	481.000,00	637.132,75	132,46
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	147.000,00	147.000,00	151.307,14	102,93
Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	25.000,00	25.000,00	48.136,22	192,54
Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza	240.000,00	240.000,00	317.325,29	132,22
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IRRF	69.000,00	69.000,00	120.364,10	174,44
Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa dos Impostos	22.100,00	22.100,00	46.530,68	210,55
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	9.000,00	9.000,00	17.925,47	199,17
Dívida Ativa dos Impostos	13.100,00	13.100,00	28.605,21	218,36
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	7.769.000,00	7.769.000,00	8.725.748,90	112,31
Da União	4.446.000,00	4.446.000,00	5.355.048,73	120,45
Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municípios	4.400.000,00	4.400.000,00	5.312.145,68	120,73
Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	16.000,00	16.000,00	17.298,16	108,11
Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	30.000,00	30.000,00	25.604,89	85,35
Do Estado	3.323.000,00	3.323.000,00	3.370.700,17	101,44
Cota-Parte do ICMS	3.000.000,00	3.000.000,00	3.010.195,40	100,34
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	100.000,00	100.000,00	93.789,89	93,79
Cota-Parte do IPVA	223.000,00	223.000,00	266.714,88	119,60
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS (II)	1.402.400,00	1.402.400,00	1.303.371,54	92,94
Da União para o Município	1.088.000,00	1.088.000,00	1.162.484,38	106,85
Do Estado para o Município	314.400,00	314.400,00	140.887,16	44,81
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	5.192.525,00	5.192.525,00	5.013.825,11	96,56
(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEB	-1.409.962,00	-1.409.962,00	-1.543.024,78	109,44
<b>TOTAL</b>	<b>13.457.063,00</b>	<b>13.457.063,00</b>	<b>14.183.584,20</b>	<b>105,40</b>

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EXECUTADAS		
			Até o Bimestre (d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (e)	% ((d+e)/c)
DESPESAS CORRENTES	2.519.363,00	3.352.955,00	3.111.028,85	1.390,66	92,83
Pessoal e Encargos Sociais	1.382.963,00	1.847.263,00	1.750.698,13	0,00	94,77
Outras Despesas Correntes	1.106.400,00	1.505.692,00	1.360.330,72	1.390,66	90,44
DESPESAS DE CAPITAL	517.000,00	118.495,71	51.408,33	0,00	43,38
Investimentos	510.000,00	118.495,71	51.408,33	0,00	43,38

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EXECUTADAS		
			Até o Bimestre (d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (e)	% ((d+e)/c)
DESPESAS DE CAPITAL		118.495,71	51.408,33	0,00	43,38
<b>TOTAL (IV)</b>	3.036.363,00	3.471.450,71	3.162.437,18	1.390,66	91,14
DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS		
			Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	% ((f+g)/despesas com saúde)
DESPESAS COM SAÚDE	3.036.363,00	3.471.450,71	3.162.437,18	1.390,66	100,00
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DESP. CUSTEADAS COM REC. DEST. À SAÚDE	1.410.400,00	1.519.792,00	1.368.269,51	518,08	43,26
Recursos de Transf. do Sist. Único de Saúde - SUS	1.402.400,00	1.511.792,00	1.366.460,29	518,08	43,21
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	8.000,00	8.000,00	1.809,22	0,00	0,06
(-) RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS¹	-	-	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (V)</b>	1.625.963,00	1.951.658,71	<b>1.794.167,67</b>	<b>872,58</b>	<b>56,73</b>

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS A SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em 2008 (VI)
RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	0,00	0,00

<b>PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL &lt;= 2% [(V - VI) / I]</b>	19,08
--	-------

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS		
			LIQUIDADAS Até o Bimestre (h)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	% ((h+i)/Total (h+i))

Município de IRINEOPOLIS

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2008/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	No Bimestre	Até o Bimestre
<b>RECEITAS</b>		
Previsão Inicial da Receita	—	13.457.063,00
Previsão Atualizada da Receita	—	13.457.063,00
Receitas Realizadas	2.756.482,98	14.183.584,20
Déficit Orçamentário	—	0,00
SalDOS de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	—	564.320,33
<b>DESPESAS</b>		
Dotação Inicial	—	13.457.063,00
Créditos Adicionais	—	2.163.512,33
Dotação Atualizada	—	15.620.575,33
Despesas Empenhadas	2.146.899,20	13.659.415,05
Despesas Executadas	2.173.411,58	13.659.415,05
Liquidadas	2.173.411,58	13.508.907,32
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	—	150.507,73
Superavit Orçamentário	—	524.169,15

DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		2.146.899,20	13.659.415,05	
Despesas Executadas		2.173.411,58	13.659.415,05	
Liquidadas		2.173.411,58	13.508.907,32	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		—	150.507,73	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			12.566.276,18	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesas Previdenciárias Executadas (V)		0,00	0,00	
Liquidadas		0,00	0,00	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		—	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)	
Resultado Nominal	0,00	-586.980,02	0,00	
Resultado Primário	0,00	527.202,41	0,00	
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO				
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	305.911,53	11.790,00	294.121,53	0,00
EXECUTIVO	305.911,53	11.790,00	294.121,53	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	281.960,97	48,00	273.802,94	8.110,03
EXECUTIVO	281.960,97	48,00	273.802,94	8.110,03
TOTAL:	587.872,50	11.838,00	567.924,47	8.110,03
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		2.367.235,05	25%	25,16
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		1.472.916,69	60%	65,55
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar	
Receitas de Operações de Crédito		481.500,00	18.500,00	
Despesa de Capital Líquida		2.213.945,50	1.016.006,60	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2008	2016	2026	2041
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar	
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		21.840,50	28.159,50	
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		30.019,04	93.376,67	
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		1.795.040,25	15,00	19,08

FONTE: SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

## Massaranduba

### Prefeitura Municipal

#### **Editais Nº. 1/2009 - Dispensa de Licitação**

**OBJETIVO:** Locação de salas com os respectivos móveis, no Centro Catequético Dom Bosco, para atendimento das atividades do NAES/EJAS

**FORNECEDOR:** COM. CATÓLICA NOSSA SRA. AUXILIADORA

**VALOR:** R\$ 16.200,00 (Dezesseis mil e duzentos reais)

**JUSTIFICATIVA:** Trata-se de imóvel localizado na Rua 11 de Novembro, Centro, destinado para atendimento das atividades do NAES/EJAS, e por sua localização ser apropriada e as salas com áreas amplas e arejadas que vem atender as necessidades, e o preço ajustado é vantajoso e conveniente a Administração Municipal, condições estas que dispensam a licitação nos termos do Art. 24, inciso X, da Lei nº. 8.666/93.

Massaranduba, 12 de Janeiro de 2009.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

#### **Renovação de Cadastro para o Ano 2009**

A Prefeitura Municipal de Massaranduba, cumprindo com o que estabelece o art. 34 da Lei nº. 8.666/93, que institui normas para licitações e contratos, comunica que iniciará a partir de 21/01/2009 o Registro e/ou Renovação de Cadastro de Fornecedores, para habilitações das empresas à participarem em licitações. Informações: Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro ou Fone (047) 3379-1223 das 8:30 as 11:30 e das 13:30 as 17:30 h.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

## São Pedro de Alcântara

### Prefeitura Municipal

#### **Editais de Licitação PP 01/2009 - Vale Alimentação**

**EDITAL DE LICITAÇÃO**

**PREGÃO PRESENCIAL nº 01/2009**

O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, torna público que realizará PREGÃO PRESENCIAL regido pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, pela Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, pela Lei Orgânica Municipal e por este EDITAL, e receberá a documentação e a proposta até as 14:00h (catorze horas) do dia 23 de janeiro de 2009, no endereço acima referido, diretamente na Sala da Comissão Permanente de Licitações, em conformidade com as condições e anexos que seguem:

##### **1- DA LICITAÇÃO:**

##### **1.1- Do Objeto do Pregão:**

**1.1.1- A presente licitação tem como objeto a contratação do serviço administrativo de gerenciamento, manutenção de sistema e demais requisitos necessários à efetivação da prestação de serviço de vale-alimentação magnético fornecido pela Prefeitura e gerido pela empresa vencedora do certame, nos termos da Lei Municipal nº 478, de 1.º/04/2008.**

**1.1.1.1- Nos cartões, já de posse dos servidores (em média 50) serão creditados, mensalmente e após informação dada pelo Setor**

de Recursos Humanos da Prefeitura de São Pedro de Alcântara, valores que podem variar entre R\$ 50,00 (cinquenta reais); R\$ 80,00 (oitenta reais); e R\$ 110,00 (cento de dez reais); ou outro valor parcial determinado pelo Setor.

**1.1.1.2- O valor que, até o final deste contrato (31/12/2009), será repassado pela Prefeitura à licitante vencedora para que gere e credite nos cartões dos servidores municipais, será de R\$ 52.000,00 (cinquenta e dois mil reais).**

**1.1.1.2.1- Este valor poderá sofrer reajustes para mais ou para menos, dependendo do número de servidores que aderirem ou desistirem do benefício concedido pelos cartões de Vale Alimentação.**

##### **1.2- Da Entrega dos Envelopes – Da Sessão Pública:**

**1.2.1- Entrega dos Envelopes – Envelope nº 1 (Proposta de Preços) e Envelope nº 2 (Documentos de Habilitação):**

**a) Data/Hora:** Dia 23 de janeiro de 2009, até às 14:00h.

**b) Local:** Setor de Licitações – Prefeitura de São Pedro de Alcântara.

##### **1.2.2- Abertura da Sessão:**

**a) Data/Hora:** Dia 23 de janeiro de 2009, às 14:00h.

**b) Local:** Sala de Reuniões de Licitação – Prefeitura de São Pedro de Alcântara.

**1.3- O processamento da licitação dar-se-á pelo pregoeiro, na sala de reuniões da Prefeitura, na qualidade de interveniente promotor, destinando-se à obtenção de menor preço global para o objeto acima referido.**

##### **2- CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:**

**2.1- Poderão participar desta licitação as pessoas ou empresas interessadas que atenderem às exigências estabelecidas neste edital.**

**2.2- Não será admitida a participação de:**

**2.2.1- Empresa em consórcio.**

**2.2.2- Sociedades cooperativas.**

**2.2.3- Empresas concordatárias, sob recuperação judicial ou cuja falência tenha sido declarada, que se encontram sob concurso de credores ou em dissolução ou em liquidação.**

**2.2.4- Empresas punidas com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Prefeitura de São Pedro de Alcântara, durante o prazo estabelecido para a penalidade.**

**2.2.5- Empresas que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública.**

**2.2.6- Empresas cujos diretores, gerentes, sócios e empregados sejam servidores ou dirigentes do órgão licitante.**

##### **3- DO CREDENCIAMENTO PARA PARTICIPAR DO CERTAME:**

**3.1- Na data e no horário estabelecidos para a realização da sessão pública do pregão, o licitante interessado deverá credenciar-se, por intermédio de seu representante, que deverá identificar-se, comprovando possuir os necessários poderes para representá-la, para formular as propostas e para a prática de todos os atos relativos ao certame. Essa comprovação deverá se dar por documento avulso, fora dos envelopes nº 01 e 02, que permanecerão fechados até o credenciamento de todos os presentes.**

**3.1.1- Para comprovar a condição de representante do licitante, o credenciado entregará ao pregoeiro:**

**a) cópia do documento de identidade (será aceito o RG, a CNH ou documento de identidade expedido por órgão de registro profissional).**

**b) se procurador, procuração pública ou particular (acompanhada de cópia autenticada do contrato social da empresa), com poderes específicos para representar a empresa na licitação em todas as suas fases e todos os demais atos, em nome do licitante.**

**c) se dirigente/proprietário, cópia autenticada do contrato social, estatuto ou ata de eleição do dirigente do licitante.**

**3.2- Juntamente com o credenciamento exigido no item supra, deverão os licitantes apresentar, fora dos envelopes nº 01 e 02, sob pena de desclassificação, a certidão exigida no inciso VII, do art. 4.º, da Lei nº 10.520/2002; bem como uma certidão emitida pela Junta Comercial competente, que comprove estar a empresa licitante enquadrada como Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos moldes da Lei Complementar nº 123/2006, quando for**

o caso.

3.3- Os licitantes deverão se fazer presentes na sessão pública do pregão, cumprindo os termos acima exigidos, no horário fixado no preâmbulo deste edital, para credenciamento.

3.4- Tão somente a pessoa credenciada poderá intervir no procedimento licitatório, sendo admitido, para esse feito, um único representante por licitante interessado.

3.5- Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa nesta licitação, sob pena de exclusão sumária de ambos os licitantes representados.

3.6- A comprovação de que o interessado não possui poderes específicos para representar o licitante no certame, implicará na impossibilidade de participar da fase competitiva, consubstanciada nos lances verbais, lavrando-se em ata o ocorrido e permanecendo no certame tão somente a sua proposta escrita.

#### 4- DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES:

4.1- A proposta de preços e os documentos de habilitação deverão ser apresentados em envelopes

(preferencialmente opacos e rubricados no fecho) separados e fechados, de forma a não permitir a violação de seu conteúdo, identificados com etiqueta conforme segue abaixo:

ENVELOPE n.º 01 – PROPOSTA DE PREÇOS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – PMSPA

PROCESSO LICITATÓRIO – PREGÃO n.º 01/2009

“RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA”

ENVELOPE n.º 02 – HABILITAÇÃO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – PMSPA

PROCESSO LICITATÓRIO – PREGÃO n.º 01/2009

“RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA”

#### 5- DA PROPOSTA DE PREÇOS – Envelope nº 1

5.1- A proposta de preço dos proponentes deverá ser entregue no original, datilografada ou impressa, devendo ser assinada e rubricada em todas as folhas, sem emendas e rasuras, devendo constar o valor da taxa administrativa mensal para consecução do objeto. Deverá constar da proposta, ainda, ao final, o valor global da taxa de administração calculado até o dia 31/12/2009, uma vez que os lances dar-se-ão pelo menor preço global de todo o serviço a ser prestado.

5.1.1- para efeito de análise, serão consideradas duas casas após a vírgula.

5.1.2- na proposta deverá conter:

a) o prazo de validade da proposta, que deverá ser de 60 dias, contados da data limite para apresentação das propostas neste pregão;

b) O prazo de validade dos valores lançados na proposta vencedora é de 12 meses, não podendo tais valores sofrer quaisquer reajuste.

5.2- Havendo divergência entre o valor unitário e total, prevalecerá o valor unitário.

5.3- Nos preços cotados devem estar inclusos todos os custos relacionados com a remuneração e encargos sociais e outros, pertinentes ao fornecimento do objeto, bem como taxas, impostos, fretes, e demais despesas diretas e indiretas incidentes sobre o mesmo.

5.4- Serão desconsideradas as propostas que apresentarem alternativas de preços ou qualquer outra condição não prevista neste edital.

5.5- Não serão aceitas propostas sem a assinatura do representante da empresa devidamente identificado.

5.6- Na hipótese prevista no subitem 5.5, estando presente o representante legal na sala onde estão sendo abertos os envelopes e, desde que devidamente comprovada a sua representatividade por intermédio de procuração com poderes específicos inerentes ao presente pregão, a falta da assinatura poderá ser sanada no ato da constatação de tal fato.

5.7- O licitante que apresentar na sua proposta ou mesmo durante os lances verbais preço considerado pela administração municipal como inexequível, sofrerá as sanções previstas nos itens 16.1.3 e 16.1.4.

#### 6- DA FASE COMPETITIVA DO CERTAME:

6.1- Aberta a sessão pública do pregão, o Pregoeiro abrirá o

envelope nº 1, contendo a proposta de preços, verificará a sua conformidade com as exigências do presente edital e as ordenará por ordem de menor preço global.

6.2- Participarão dos lances verbais e sucessivos por item ofertado o autor da proposta de menor preço por item e os autores das propostas que apresentem valores até 10% superiores, relativamente, àquele menor preço.

6.2.1- Em havendo empate na última proposta de preço unitário a entrar na disputa, ou seja, na de maior valor entre as três menores apresentadas, serão chamadas a participar dos lances individuais todas as que se encontrarem nessa situação.

6.2.1.1- Considera-se, para os fins do art. 44, § 2.º, da Lei Complementar n.º 123/2006, empate ficto aquele cujo preço da Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte for superior em até 5% (cinco por cento) à proposta mais bem classificada.

6.2.2- Não havendo pelo menos três ofertas nas condições previstas anteriormente, serão chamados a participar dos lances verbais e sucessivos os autores das melhores propostas, quaisquer que sejam os preços oferecidos, até o máximo de três.

6.3- Os lances verbais e sucessivos pelo preço global serão iniciados pelo autor da proposta com maior preço dentre aqueles aptos a oferecer propostas e assim, sucessivamente, em ordem decrescente, até a proclamação do vencedor.

6.4- Caso duas ou mais propostas, dentre as inicialmente ordenadas para oferecer lances verbais, apresentarem preços iguais, será realizado previamente sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

6.4.1- Caso as licitantes participantes do sorteio desistam de apresentar lance verbal, a classificação dar-se-á de acordo com o resultado do sorteio.

6.4.2- Terminados os lances verbais e ocorrendo o empate ficto entre a proposta mais bem classificada de uma não ME ou EPP, com a proposta de uma Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos moldes do art. 44, § 2.º, da Lei Complementar n.º 123/2006 (preço da ME ou EPP não superior a 5% da proposta mais bem classificada), utilizar-se-á a regra de desempate ali estabelecida, sendo oferecido à ME ou à EPP o direito de cobrir a melhor proposta, num prazo máximo e improrrogável de 5 minutos.

6.5- Os lances, em valores distintos e decrescentes, serão efetuados no momento em que for conferida a palavra ao representante da licitante, na ordem decrescente dos preços.

6.6- É vedada a oferta de lance visando empate com proposta de outra licitante.

6.7- Os lances observarão o decréscimo mínimo de R\$ 0,01 (um centavo de real) do último valor ofertado.

6.8- Não será admitida a desistência do(s) lance(s) efetivado(s), sujeitando-se a licitante desistente às penalidades previstas neste edital.

6.9- A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará na exclusão da licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeito de ordenação das propostas.

6.10- Caso as licitantes não apresentem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, podendo o Pregoeiro negociar diretamente com a licitante para que seja obtido melhor preço.

6.11- O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo Pregoeiro, as licitantes deixarem de apresentar novos lances.

6.12- Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o Pregoeiro examinará:

a) a aceitabilidade da proposta de menor valor, comparando-a com valores consignados em planilha de acompanhamento de preços do órgão licitante;

b) o atendimento das especificações e qualificações do bem ofertado, definidas no edital, bem como as demais condições estabelecidas.

6.13- Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante vencedora, com vistas



a obter melhor preço.

6.14- Se a oferta não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda o edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.

6.15- Serão desclassificadas:

- a) as propostas que não atenderem às exigências relativas ao objeto desta licitação;
- b) as que conflitem com a legislação em vigor;
- c) as propostas que apresentarem preços maiores que o preço referência (cláusula 14) desta licitação, haja vista que se aplica ao certame a regra do art. 40, X, da Lei n.º 8.666/1993.

6.16- Não serão consideradas, para efeitos de julgamento, quaisquer vantagens não previstas no edital.

6.17- Encerrada a fase competitiva do pregão e ordenadas as propostas, será aberto pelo Pregoeiro o Envelope nº 2 – Documentos de Habilitação da licitante classificada com menor preço.

7- DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO – Envelope nº 2:

7.1- Os documentos de habilitação, em uma via, preferencialmente numerados e na sequência exigida neste edital, deverão estar agrupados, rubricados em todas as suas páginas por representante legal da licitante ou preposto, e deverão ser apresentados no original, em cópia autenticada por cartório, ou em cópia autenticada por servidor autorizado da Prefeitura de São Pedro de Alcântara, mediante a exibição dos originais, antes da entrega dos envelopes.

7.1.1- Somente serão aceitos documentos originais, cópias ou publicações legíveis, que ofereçam condições de análise por parte da Comissão.

7.1.2- Serão aceitos comprovantes de regularidade fiscal, obtidos na rede internet, condicionado a que os mesmos tenham sua validade confirmada pela Comissão, na fase de habilitação.

7.2- A documentação para fins de habilitação a ser incluída no envelope nº 2 pelas licitantes, é constituída de:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) ou cópia da cédula de identidade, se pessoa física;
  - b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais; e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com a comprovação da publicação na imprensa da ata arquivada, bem como das respectivas alterações, caso existam;
  - c) prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Federal (CND);
  - d) prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente (CND);
  - e) prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente (CND);
  - f) prova de regularidade relativa à Seguridade Social – INSS (CND);
  - g) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (CND);
  - h) declaração de que a empresa licitante cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
  - i) certidão negativa de falência, concordata ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor do foro ou cartório da sede da licitante.
- 7.2.1- Em se tratando a licitante de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte, a apresentação dos documentos exigidos nas letras “c”, “d”, “e”, “f” e “g” supra, com irregularidades, poderá ser sanada, num prazo máximo e improrrogável de 4 dias úteis, a contar do registro dessa irregularidade na ata da sessão pública (art. 43, § 1.º, da Lei Complementar n.º 123/2006).
- 7.2.2- Ocorrendo o fato acima mencionado, a sessão pública será suspensa, restando todas as licitantes, no ato da suspensão,

intimadas a comparecer em data e horário a serem de pronto designados pelo Pregoeiro, para continuidade do certame.

7.3- Os comprovantes exigidos, quando for o caso, deverão apresentar prazo de validade até a data limite fixada para a entrega dos envelopes. Não constando a vigência, será considerado o prazo de 90 dias da data da emissão.

7.4- Sob pena de inabilitação, os documentos a que se refere o subitem 7.2 deste edital deverão constar o nome/razão social da licitante, o número do CNPJ e o respectivo endereço, observado que:

- a) se a licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
- b) se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, salvo situação expressa em documento: válidos para matriz e filiais;
- c) se a licitante for a matriz e o fornecimento for realizado pela filial, os documentos exigidos neste edital deverão ser apresentados em nome da matriz e da filial, salvo situação expressa em documento: válidos para matriz e filiais.

7.5- As licitantes que, por sua natureza ou por força de lei estiverem dispensadas da apresentação de determinados documentos de habilitação deverão apresentar declaração identificando a situação e citando os dispositivos legais pertinentes.

7.6- Da Abertura do Envelope nº 2 – Documentos de Habilitação:

7.6.1- Sendo considerada aceitável a proposta de preços da licitante que apresentou menor preço, a Comissão procederá à abertura do envelope nº 2 – Documentos de Habilitação da autora da proposta de menor preço, realizando a verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas neste edital.

7.6.2- Constatada a conformidade da documentação com as exigências contidas no edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto.

7.6.3- Em caso da licitante desatender às exigências habilitatórias, a Comissão a inabilitará e examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, sujeitando a empresa inabilitada as penalidades previstas.

7.7- Os envelopes com os documentos de habilitação das empresas que forem excluídas da fase competitiva do certame, conforme o subitem 6.2 deste edital, serão devolvidos após a assinatura do contrato, pela licitante vencedora.

8- DA ATA DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO:

8.1- Da sessão pública do pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo o(s) registro(s):

- a) das licitantes credenciadas;
- b) das propostas escritas e verbais apresentadas na ordem de classificação;
- c) da análise da documentação exigida para a habilitação;
- d) da manifestação imediata e motivada de intenção de recorrer da licitante.

8.1.1- A ata circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro, pela Comissão de Licitação e pelo(s) representante(s) da(s) licitante(s) presente(s), devidamente credenciado(s).

9- DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO:

9.1- Iniciada a sessão pública do pregão, esta não será suspensa ou transferida, salvo motivo excepcional assim caracterizado pelo Pregoeiro e pela Comissão.

9.2- Verificando-se o adiamento da sessão pública do pregão, o Pregoeiro determinará nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas as licitantes.

9.3- O Pregoeiro poderá interromper a sessão, temporariamente, para determinar alguma providência administrativa para o bom andamento dos trabalhos.

10- DO JULGAMENTO:

10.1- Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do ato convocatório da licitação.

10.2- Será considerada primeira classificada a licitante que, obedecendo às condições, especificações e procedimentos estabelecidos neste edital, apresentar o MENOR PREÇO GLOBAL para a prestação total do objeto desta licitação.



**11- DAS IMPUGNAÇÕES E DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:**

11.1- Qualquer cidadão poderá, no prazo de até 2 dias úteis antes da data fixada para a realização da sessão pública, solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o edital do pregão.

11.2- Ao final da sessão, após a declaração da licitante vencedora, num prazo estabelecido pelo Pregoeiro, que não poderá exceder a 5 minutos, a licitante que desejar recorrer contra decisões do Pregoeiro deverá manifestar imediata e motivadamente tal intenção, com o devido registro em ata, sendo-lhe concedido o prazo de 3 dias para a apresentação das razões do recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhe assegurada vista dos autos.

11.3- Não serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela licitante.

11.4- A falta de manifestação imediata e motivada importará a preclusão do direito de recurso.

11.5- As impugnações, recursos e contra-razões deverão ser entregues na sala da Comissão de Licitação.

**12- DA CONTRATAÇÃO:**

12.1- A celebração do Contrato será formalizada com o órgão requisitante, consoante a minuta que constitui parte deste edital de pregão.

12.2- Convocação para assinatura do Contrato:

12.2.1- O órgão requisitante, convocará a licitante vencedora, que terá o prazo de 3 dias úteis, contados da data da convocação, para assinar o termo de contrato.

12.2.1.1- Havendo recusa injustificada por parte da licitante vencedora, de assinatura do contrato, o órgão requisitante cominar-lhe-á multa no valor equivalente a 20%, calculado sobre o valor anual estimado da contratação, sem prejuízo de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e neste edital.

12.2.2- Transcorrido o prazo sem que o contrato seja assinado, o órgão requisitante poderá, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, convocar as licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação, para assinar contrato em idêntico prazo e nas mesmas condições da proposta da licitante vencedora.

12.3- Da vigência e dos prazos do contrato:

12.3.1- O termo final do contrato é o dia 31/12/2009, tendo seu início na data da sua assinatura.

12.3.2- O prazo de entrega do objeto homologado será de no máximo 05 (cinco) dias úteis a contar da assinatura do contrato.

12.4- Da rescisão contratual:

12.4.1- A rescisão do Contrato poderá ocorrer nas formas e hipóteses previstas pela Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

12.4.2- As sanções e penalidades que poderão ser aplicadas à contratante são as previstas na Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, bem como as do contrato.

12.5- Dos direitos da Administração:

12.5.1- Ficam resguardados os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, na forma estabelecida no art. 77, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

12.6- A execução do contrato:

12.6.1- São partes integrantes do contrato, como se transcritos estivessem, a presente licitação, os documentos, propostas e informações apresentados pela licitante vencedora e que deram suporte ao julgamento da licitação.

12.6.2- Quaisquer atos ou ações praticados por empregados, prepostos ou contratados da contratante, que resultarem em qualquer espécie de dano ou prejuízo para a Administração Pública e/ou para terceiros, serão de exclusiva responsabilidade da contratada.

12.6.3- São de responsabilidade da contratada, eventual demanda judicial de qualquer natureza, contra ela ajuizada, relacionada ao presente edital e/ou à execução do contrato.

12.7- Da alteração do contrato:

12.7.1- O contrato poderá ser alterado, na forma e condições

estabelecidas no art. 65, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

12.8- A licitante vencedora deverá manter, até o cumprimento final de sua obrigação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar imediatamente à contratante qualquer alteração que possa comprometer o objeto contratado.

**13- DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:**

13.1 - A despesa desta licitação correrá por conta da dotação orçamentária competente – Elemento

Despesa: \_\_\_\_\_

**14- DO VALOR:**

14.1- O valor referência máximo previsto para a aquisição do objeto licitado será de R\$ 52.000,00 (cinquenta e dois mil reais), que é o valor de repasse da Prefeitura para a licitante para posterior crédito aos servidores; e R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais) de taxa de administração/ serviço/fornecimento dos cartões (art. 40, X, da Lei n.º 8.666/1993).

**15- DO PAGAMENTO DAS DESPESAS:**

15.1- O pagamento da presente licitação, que se dará de forma parcelada conforme forem sendo feitos os pedidos, será efetivado em até 05 (cinco) dias depois da entrega de cada pedido feito, e será efetivado mediante apresentação da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome do Fundo Municipal de Saúde de São Pedro de Alcântara, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, o número do contrato e da autorização de fornecimento.

**16- DAS SANÇÕES:**

16.1- As licitantes que não cumprirem as normas de licitação e as obrigações contratuais assumidas estarão sujeitas às sanções e penalidades estabelecidas na Lei n.º 10.520/2002 e na Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, quais sejam:

16.1.1- Advertência;

16.1.2- Multa de 0,33% por dia de atraso na entrega do bem devidamente consertado, calculado sobre o valor total desta licitação;

16.1.3- Suspensão:

16.1.3.1- A licitante ficará impedida de licitar e contratar com o Município de São Pedro de Alcântara/ SC, por até 02 (dois) anos quando convocada dentro do prazo de validade da sua proposta:

a) não celebrar o contrato;

b) deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, exigida para o certame;

c) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;

d) não mantiver a proposta;

e) falhar ou fraudar na execução do contrato;

f) comportar-se de modo inidôneo;

g) cometer fraude fiscal.

16.1.4- Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, em caso de faltas graves apuradas através de processo administrativo.

16.2- Na aplicação das penalidades previstas neste edital, a Administração considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da licitante ou contratada, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas às justificativas da licitante ou contratada, nos termos do que dispõe o artigo 87, "caput", da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

16.3- Nenhum pagamento será realizado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

**17- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

17.1- É parte integrante deste edital a minuta de contrato (anexo I).

17.2- Os preços propostos serão fixos e irreajustáveis.

17.3- É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase desta licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

17.4- As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os participantes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

17.5- A licitante que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar,

nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões sobre o valor inicial do contrato que se fizerem necessários, dentro do limite permitido pelo artigo 65, § 1º, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

17.6- Não será permitida a sub-contratação do objeto deste edital.  
17.7- A Prefeitura de São Pedro de Alcântara/SC poderá revogar o presente pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

17.8- O presente edital poderá ser alterado, pela Administração licitante, antes de aberta à licitação, no interesse público, por sua iniciativa ou decorrente de provocação de terceiros, atendido o que estabelece o artigo 21, § 4º, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como adiar ou prorrogar o prazo para recebimento e/ou a abertura das propostas e documentos de habilitação.

17.9- Informações e esclarecimentos sobre a presente licitação serão prestadas pela Comissão Permanente de Licitações, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara/SC – fone/fax: (48) 3277-0122 – ramal 202, de segunda à sexta-feira, durante o horário de expediente (08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00h.), ou através do e-mail: [licitacoes@pmspa.sc.gov.br](mailto:licitacoes@pmspa.sc.gov.br).

17.10- A Administração não se responsabiliza pelo conteúdo e autenticidade de cópias deste pregão, senão aquelas que estiverem rubricadas pela autoridade competente, ou sua cópia fiel.

17.11- A participação na presente licitação implica na aceitação plena das condições expressas neste edital.

17.12- Fica eleito o foro da Comarca de São José/SC, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja, para apreciação judicial de quaisquer questões resultantes deste edital.

São Pedro de Alcântara/SC, 12 de janeiro de 2009.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN  
Prefeito Municipal

### Nomeação e Posse

NOMEAÇÃO – POSSE – EXERCÍCIO  
CONCURSO PÚBLICO n.º 001/2007

Aos nove dias do mês de janeiro do ano de 2009, por ato do Excelentíssimo Prefeito Municipal, Sr. Ernei José Stahelin, através do Decreto nº.xxxx/2009, nomeou-se, empossou-se e determinou o início do exercício de ROGÉRIO JOSÉ KOERICH, para o emprego público na função de Enfermeiro – PSF, em razão da aprovação advinda do Concurso Público nº. 001/2007.

São Pedro de Alcântara/SC, 09 de janeiro de 2009.

**Videira**

**Prefeitura Municipal**

### Lei Nº 2.070/08, de 19 de Novembro de 2008.

Autoriza o ingresso do Município de Videira no Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o ingresso do Município de Videira no Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA,

nos termos do Protocolo de Intenções em anexo e que faz parte integrante desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Videira, 19 de novembro de 2008.

CARLOS ALBERTO PIVA  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 19 dias do mês de novembro de 2008.

SANDRA NICOLETTI  
Secretária de Administração

### Lei Nº 2.072/08, de 26 de Novembro de 2008.

Institui o Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina como órgão de publicação oficial do Município de Videira.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, como órgão oficial de publicação legal e divulgação dos atos processuais e administrativos do Município de Videira.

Parágrafo único - O Diário Oficial dos Municípios de que trata esta Lei substitui a publicação impressa e será veiculado gratuitamente no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores - Internet.

Art. 2º A publicação atenderá aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

Art. 3º Os prazos, para todos os efeitos, serão contados a partir da data da publicação do Diário Oficial dos Municípios no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br).

Art. 4º O Chefe do Poder Executivo regulamentará a implantação do Diário Oficial dos Municípios e indicará a data em que iniciará sua veiculação.

Art. 5º As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta de dotação própria do orçamento vigente e seguintes.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 26 de novembro de 2008.

CARLOS ALBERTO PIVA  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de novembro de 2008.

SANDRA NICOLETTI  
Secretária de Administração

### Decreto Nº 9.098/09, de 5 de Janeiro de 2009

Regulamenta o Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, como órgão oficial de publicação legal e divulgação dos atos processuais e administrativos do Município de Videira.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e na forma da Lei nº 2.072/08, de 26 de novembro de 2008,

**DECRETA**

Art. 1º Fica instituído o Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, como órgão oficial de publicação legal e divulgação dos atos processuais e administrativos do Município de Videira.

Parágrafo único - A partir do dia 1º de janeiro de 2009, o Diário Oficial dos Municípios substitui as demais formas de publicação e será veiculado no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores - Internet.

Art. 2º A publicação atenderá aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

Parágrafo único - A assinatura digital do Diário Oficial dos Municípios ficará sob responsabilidade do Presidente do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA.

Art. 3º Os prazos, para todos os efeitos, serão contados a partir da data da disponibilização do Diário Oficial dos Municípios no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br).

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2009.

Videira, 5 de janeiro de 2009.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 5 dias do mês de janeiro de 2009.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

de Regulação dos Serviços Públicos de Saneamento Básico;

17h45min - Eleição dos prefeitos membros que comporão o Conselho Executivo e Conselho Fiscal da FECAM;

18h15min – Encerramento da Assembléia geral;

20h30min – Jantar de Posse dos Conselheiros Executivos e Fiscais da FECAM.

Florianópolis, 08 de Janeiro de 2009.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Presidente da FECAM

Prefeito de Massaranduba

## Associações de municípios

### FECAM

#### **Edital de Convocação 001/2009 - Assembléia Geral Ordinária**

O Presidente da Federação Catarinense de Municípios – FECAM, Senhor MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito Municipal de Massaranduba, no uso de suas atribuições e visando atender ao disposto nos arts. 19, 20, incisos I, II e III, e 21, inciso I, 25, 32, 33 e 36, do Estatuto Social,

#### **CONVOCA:**

Os Senhores Prefeitos dos Municípios de Santa Catarina filiados à FECAM aptos com suas obrigações estatutárias, para a Assembléia Geral Ordinária da entidade, a realizar-se na cidade de Florianópolis com a seguinte ordem do dia:

Data: 29 de janeiro de 2009

Horário: 16h30min

Local: Auditório Egon Freitag da FIESC

Rua Ademar Gonzaga, nº 2765, Itacorubi, Florianópolis.

#### **Ordem do Dia:**

16h30min – Apresentação, apreciação e deliberação sobre o Plano de Trabalho para 2009, o Relatório de Atividades e a Prestação de Contas relativo ao exercício de 2008 da FECAM;

17h15min – Apresentação, apreciação e deliberação sobre o Protocolo de Intenções, para adesão dos Municípios ao Consórcio